

Ata da 60ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades

15 a 17 de junho de 2026

Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios (Brasília/DF)

Relatoria: Heloísa Serra Soares

Ata Analítica da Plenária

Data: 15 a 17 de junho de 2026

Local: Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Esta Ata refere-se às reuniões do Plenário do Conselho das Cidades ao longo da 60ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. Assim sendo, as informações relativas às reuniões dos Comitês Técnicos e Segmentos do Conselho constarão no anexo de atas ou relatórios próprios.

(Lista de presença e demais relatórios em Anexo separado)

Pauta das reuniões do Plenário do ConCidades – aprovada pelo Plenário

1º dia: 15 de junho

1. Abertura e Composição da Comissão Coordenadora do Plenário e do Secretário da Mesa
2. Aprovação da ata da 59ª Reunião Ordinária
3. Programação da 60ª Reunião Ordinária
4. Aprovação do calendário ConCidades 2026
5. Balanço das Ações do ConCidades em 2025
6. Homenagem aos conselheiros, conselheiras e personalidades que contribuíram para o trabalho do Conselho em gestões anteriores.
7. Atividades de capacitação dos Conselheiros e Conselheiras da 6ª gestão
8. Publicação do Texto Final da 6ª CNC e lançamento do livro “GESTÃO DEMOCRÁTICA E ESFERAS PÚBLICAS DE PARTICIPAÇÃO” realizado em conjunto com os pesquisadores do Observatório das Metrópoles

2º dia: 16 de junho

1. Reuniões dos Comitês Técnicos
 - a) CT Habitação
 - b) CT Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
 - c) CT Saneamento Ambiental
 - d) CT Mobilidade Urbana
 - e) CT Periferias
2. Reunião dos Segmentos
 - a) Poder Público Federal
 - b) Poder Público Estadual
 - c) Poder Público Municipal (Legislativo/Executivo)
 - d) Movimentos Populares
 - e) Entidades Profissionais. e Acadêmicas
 - f) Organizações Não Governamentais - ONGs
 - g) Entidades de Trabalhadores
 - h) Entidades Empresariais
3. Posse 6ª Gestão do ConCidades com a presença do Ministro das Cidades Esplanada dos Ministérios, Bloco “E” – auditório.

3º dia: 17 de junho

1. Plenária
 - Relatos dos Comitês Técnicos
 - Deliberação Moções e Resoluções
 - Tema de Conjuntura: encaminhamentos da 6ª CNC
 - Encerramento

Discussões e Deliberações

1º dia – 15 de junho de 2026

1. Abertura e composição da Comissão Coordenadora do Plenário e do Secretário da Mesa.

O Coordenador-Geral do ConCidades, Carlos Eduardo Gomes, iniciou a reunião com formação da mesa de abertura institucional da 60ª Reunião Ordinária, os quais fizeram uso da palavra, destacando a importância da agenda urbana, da participação social e do fortalecimento das políticas públicas setoriais sob a responsabilidade de suas respectivas pastas. A mesa foi composta pelas seguintes autoridades:

- **Secretaria Nacional de Participação Social – (SNPS/SG/PR)**
Izadora Gama Brito – Secretária Nacional de Participação Social
- **Secretaria – Executiva (SE/MCID):**
Mirna Quinderé Belmino Chaves – Secretária Executiva
- **Ouvidoria (OUV/MCID)**
Grayce Martins da Silva Gonçalves – Ouvidora
- **Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SNDUM/MCID):**
Yuri Rafael Della Giustina – Diretor
- **Secretaria Nacional de Habitação (SNH/MCID):**
Augusto Henrique Alves Rabelo – Secretário Nacional
- **Secretaria Nacional de Periferias (SNP/MCID):**
Vitor Araripe Freire Pacheco – Secretário Nacional
- **Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB/MCID):**
Marcos Daniel Souza dos Santos – Secretário Nacional
- **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA/MCID):**
Márcio Leão Coelho – Secretário Nacional



Na sequência, foi eleita a Comissão Coordenadora dos trabalhos, conforme previsto pelo Regimento Interno do Conselho, composta pelos representantes abaixo relacionados:

- **Poder Público Estadual:** Bruna Stephem da Motta (Gov.RJ)
- **Poder Público Municipal:** Marco Antonio Alves Jorge (UVB)
- **Poder Público Municipal:** Rodopiano Marques Evangelista (ASSEMAE)
- **Movimentos Populares:** Neila Gomes dos Santos (MNLM)
- **Entidades dos Trabalhadores:** Pedro Damásio Costa Neto (FNU)
- **Entidades Profissionais Acadêmicas:** Darci Barnech Campani (ABES)
- **Entidades Empresariais:** Herivelto Jamerson da Silva Bastos (ANAMACO)
- **ONGs:** Cassia Gomes da Silva (Instituto Pólis)



2. Aprovação da ata da 59ª Reunião Ordinária.

A Secretaria Executiva informou que foi disponibilizada a Ata para análise prévia do conselho. Após consultou se havia alguma sugestão ou consideração quanto ao documento da ata da **59ª Reunião Ordinária**.

Os conselheiros registraram a solicitação para que as atas sejam encaminhadas com maior antecedência, de modo a possibilitar leitura mais detalhada e melhor análise dos documentos a serem aprovados pela plenária.

Após a solicitação para o envio com antecedência, não houve manifestação de alteração no conteúdo da Ata da 59ª Reunião Ordinária. Submetida à apreciação, **a ata da 59ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.**

3. Programação da 60ª Reunião Ordinária

Foi apresentada a programação proposta para a condução da 60ª Reunião Ordinária, aprovada pela Coordenação Executiva do Conselho, e aberta a palavra e sugestões. Durante a discussão, houve a solicitação da plenária referente ao item de pauta: **“Texto Final da 6ªCNC”**, sendo solicitado que fosse promovida a ampla divulgação do documento no âmbito do Ministério das Cidades para fins de concretização de seus objetivos. Após, submetida para deliberação, **a programação da 60ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.**

4. Aprovação do calendário ConCidades 2026

Na sequência, foi apresentada para apreciação a proposta de calendário de reuniões do ConCidades de 2026, discutida e aprovada pela Coordenação Executiva do Conselho. Durante a fase de manifestações, o conselheiro Cristiano Schumacher (MNLM) propôs a inclusão de uma Reunião Ordinária adicional no mês de agosto de 2026.

A Secretaria Executiva do ConCidades informou que, em análise prévia, foi considerada a possibilidade de realização de uma Reunião Ordinária do Conselho no mês de agosto, com vistas à inclusão no calendário preliminar. Contudo, após avaliação do cenário, verificou-se que o referido período **coincide com o calendário eleitoral**. Diante disso, e considerando os impactos que esse contexto pode gerar em diversos setores e na dinâmica de participação, a Secretaria Executiva sugeriu a não realização da reunião ordinária nesse período, razão pela qual não houve menção ao encontro no calendário preliminar.

Após debate entre os conselheiros, a proposta apresentada pelo conselheiro Cristiano Schumacher foi acatada, passando a constar no calendário aprovado a realização da **reunião no período de 12 a 14 de agosto de 2026**.

Ficou deliberado, contudo, que a forma de realização desta reunião será definida posteriormente, em função da necessidade de consulta à Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades para avaliação de implicações das restrições legais do período de defeso eleitoral. Ao final, com a incorporação dessa previsão, **o calendário de 2026 foi aprovado**.

5. Balanço das Ações do ConCidades em 2025

Foi apresentado o balanço das ações desenvolvidas pelo ConCidades ao longo do ano de 2025, destacando-se a organização da 6ª Conferência Nacional das Cidades (6ªCNC), a melhoria das rotinas e fluxos administrativos e o acompanhamento das agendas prioritárias das Comitês Técnicos.

No que se refere às reuniões realizadas, registrou-se a ocorrência da 56ª Reunião Ordinária, no período de 19 a 21 de março de 2025; da 57ª Reunião Ordinária, de 28 a 30 de maio de 2025; da 58ª Reunião Ordinária, de 9 a 11 de julho de 2025; da 9ª Reunião Extraordinária, em 21 de outubro de 2025; e da 59ª Reunião Ordinária, no período de 2 a 4 de dezembro de 2025.

Ainda, foi informado que, no âmbito das deliberações, **foram aprovadas 10 resoluções, sendo 7 resoluções já publicadas, além da publicação de 6 moções ao longo do referido exercício**. O balanço foi apresentado para conhecimento dos conselheiros e conselheiras da 6ª Gestão.

6. Homenagem aos conselheiros, conselheiras e personalidades que contribuíram para o trabalho do Conselho em gestões anteriores

A Coordenadora do ConCidades, Letícia Miguel, iniciou o presente ponto de pauta informando que estava prevista, na programação da 6ª Conferência Nacional das Cidades (6ª CNC), a realização de uma sessão de homenagens. Contudo, houve a necessidade de alteração na programação do evento em razão da participação do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, impossibilitando a realização da sessão.

Na sequência, foram realizadas **homenagens póstumas a conselheiros, conselheiras e personalidades** que tiveram relevante contribuição para a construção do desenvolvimento urbano ao longo dos últimos 20 anos, sendo mencionados:

- Alcir Ferreira Matos do Mundo (MNLM); Maria José Lopes da Silva (MNLM); Antônio José de Araújo (MNLM); Nylton Velloso Filho (ABECIP); Jorge Fontes Hereda (ex-presidente da Caixa); Clovis Ilgenfritz da Silva (arquiteto e urbanista brasileiro); José Eduardo Vieira - Zezéu Ribeiro (político baiano, arquiteto, ex-deputado federal pelo PT e conselheiro do TCE-BA); Laerte Conceição Mathias de Oliveira (engenheiro e sindicalista, com atuação destacada no transporte sobre trilhos em São Paulo); Miguel Lobato Silva (ex-coordenador do Fórum Nacional da Reforma Urbana); Frei Sérgio Görgen (religioso e político brasileiro, fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra); Gilberto Cardoso Aguiar (membro fundador do MNLM); Eliana Silva de Jesus (militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro); Valdete Guerra (liderança popular do MLB no Rio Grande do Norte); Anderson Fernandes (militante do MTST e comunicador popular); Leonardo Cisneiros (professor universitário e ativista pelos direitos urbanos); Marta Carmelita Bezerra de Almeida (coordenadora do Movimento Negro Unificado – MNU em Pernambuco); Mauricleia Soares dos Santos (CFESS e CRESS-SP); Adelmo Araújo (educador popular da FASE em Pernambuco); Carmem Portinho (arquiteta, engenheira civil, urbanista e ativista feminista); Júlio Salas (advogado e militante de causas sociais); Luiz Carlos das Dores (dirigente da CONAM); Wander Geraldo (presidente da Confederação das Associações de Moradores); Saulo Manoel da Silveira (ex-vereador na Câmara Municipal de Ipatinga-MG); e Julieta Abraão (CMP e UMM).

Registrou-se o reconhecimento do Conselho às contribuições desses homenageados para o fortalecimento das políticas urbanas e da participação social no país.

Após, foram realizadas **homenagens aos conselheiros, conselheiras e personalidades em vida**. Destacou-se, ainda, o papel desses homenageados na consolidação de instrumentos de participação social, na defesa de direitos e na promoção de modelos de desenvolvimento urbano mais justos, sustentáveis e democráticos.

Entre os homenageados, registram-se lideranças históricas, gestores públicos, pesquisadores, representantes de movimentos populares e profissionais com atuação técnica e política, tais como:

Olívio Dutra (Ex-governador do Rio Grande do Sul, um dos fundadores do PT e da CUT. Foi Ministro das Cidades no primeiro mandato de Lula), Graça Xavier (UNMP), Evaniza Rodrigues (assessora parlamentar ALESP), Donizete Oliveira (SELVIP), Jurema da Silva Constâncio (militante da primeira cooperativa de habitação popular em regime de propriedade coletiva do RJ), Benedito Roberto Barbosa (Coordenador da CMP-SP), Vidal

Barbosa da Silva (militante desde 1980 na organização popular de Goiânia, CONAM), Padre Júlio Lancellotti (Sacerdote da igreja Católica – defensor da população em situação de rua), Maria do Carmo Avesani Lopez (AGEHAB/MS), Grazia de Grazia (UNMP-RJ), Raquel Rolnik (FAU-USP), Tarcyla Fidalgo Ribeiro (Pesquisadora do Observatório das Metrópoles - RJ) Ermínia Maricato (Arquiteta Urbanista), Luiza Erundina (Prefeita de SP entre 1989 e 1992, 6º mandato de deputada federal), Nelson Saule (Professor de Direito Urbanístico na PUC-SP), Inácio Arruda (Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, no Governo do CE entre 2016 e 2021, Ex - senador da República), Jeferson Salazar (Ex conselheiro e presidente do SARJ/ FNA/ CAU-RJ), Orlando Alves Santos Júnior (Professor – INPUR da UFRJ e pesquisador INCT, Observatório das Metrópoles), Ana Cláudia Rossbach (Diretora Executiva, ONU – Habitat Brasil), Inês Magalhães (Vice-Presidente da CEF), Usânia Aparecida Gomes (Conselheira CMP), Ênio Nonato (Ex conselheiro e diretor CONAM), Íria Charão (Atuou na elaboração do Orçamento Participativo), Nazareno Affonso (Diretor – Presidente, Secretário de Transportes de Santo André, Porto Alegre e DF), Carlos Vieira (Presidente da CEF), Eleonora Mascia (Gerente Nacional de Habitação de Interesse Social na CEF), Raul Carrion (Ex – deputado estadual RS), Eliomar Coelho (Ex – vereador do RJ), Abelardo de Oliveira Filho (Ex- president da EMBRASA), Neusa Santos (Ex – vereadora de Belo Horizonte e integra FRENABRU), Neide Carvalho (Representante da CMP), Maria Clara Mãe (participou da fundação do MNLM e do primeiro ConCidades), Marcelo BragaEdmundo (Coordenador da CMP), Bartíria Perpétua Lima da Costa (Foi presidente e diretora de relações internacionais da CONAM), José Carlos Grafite Xavier (Foi Secretário Nacional de Mobilidade Urbana e presidente das CMTC), Ary José Vanazzi (Presidente da ABM, Ex-prefeito de São Leopoldo), Marcos Landa (atuou como Coordenador do MNLM), Frei Gilvander Luiz Moreira (Filósofo, teólogo. Atua na CPT – Pastoral da Terra), Herivelto Bastos (empresário, conselheiro do ConCidades desde 2007 - ANAMACO), Noemi da Aparecida Lemes (Superintendente da SUHER - CEF), Lurdinha Lopes (Coordenadora do MNLM), Regina Ferreira (participa do Fórum Nacional de Reforma Urbana), WilsonValério Lopes (Liderança comunitária, CONAM).

7. Atividades de capacitação dos Conselheiros e Conselheiras da 6ª gestão

A Oficina de Capacitação foi iniciada pelo professor Orlando Júnior (UFRJ), o qual informou que **a capacitação foi elaborada em parceria entre o Observatório das Metrópoles, pelo Instituto Pólis e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana.** Esclareceu que a atividade tem como objetivo apresentar a dinâmica de funcionamento e as diretrizes do ConCidades para a 6ª Gestão.

Informou, ainda, que a oficina foi estruturada em dois blocos: o primeiro voltado à contextualização histórica dos conselhos setoriais, incluindo a trajetória do Conselho das Cidades, com destaque para a discussão do modelo de governança democrática, que envolve os espaços de participação; e o segundo bloco direcionado à apresentação da estrutura e da dinâmica de funcionamento do Conselho das Cidades.

1º Bloco:

- a) Contexto da criação e difusão dos conselhos setoriais no Brasil.
- b) O que são conselhos setoriais
- c) Características dos Conselhos setoriais
- d) O Conselho das Cidades: origem e composição
- e) Marcos Históricos - retomada
- f) A importância do conselho
- g) Características do modelo de governança fundado nos conselhos e conferência setoriais na perspectiva da gestão democrática das cidades

2º Bloco:

- a) Competências do Conselho das Cidades - Regimento Interno
- b) Estrutura de funcionamento
- c) Processo deliberativo
- d) Conflito e negociação
- e) Desafios enfrentados pelo conselho

A oficina contou com a participação de alguns expositores sendo: Maria Tereza, Karla Fabrícia Moroso (ONGs – CDES), Marta Silêda (ONGs – Cearah Periferia) e Thiago Trindade (Observatório das Metrópoles) e Taísa Sanches (Observatório das Metrópoles).

Após ser realizada toda a capacitação, foram registradas falas que contribuíram com o amadurecimento do tema.

A Conselheira **Patrícia Lorena (CNM)** destacou a importância de ampliar a participação dos municípios nas discussões do Conselho, ressaltando que são esses os entes públicos responsáveis pela execução das políticas públicas no território e, portanto, suas demandas e desafios precisam ser considerados no debate sobre o desenvolvimento urbano. Somente assim será possível, em conjunto com a sociedade civil, construir condições mais favoráveis para a implementação de soluções em habitação, mobilidade, saneamento e gestão do solo. Posto isso, questionou como será assegurada a participação dos representantes do poder público municipal no Conselho. Indagou também sobre quais mecanismos podem garantir a continuidade institucional do Conselho e a participação social diante de mudanças de governo.

Também questionou como o Conselho assegura a escuta ativa dos municípios e indagou sobre mecanismos que garantam a continuidade da participação social, mesmo diante de mudanças de governo.

João Pereira (CONAM) ressaltou a importância de ampliar o debate sobre o Conselho e as conferências no contexto da gestão democrática e do controle social, destacando a necessidade de utilizar instrumentos como audiências públicas, referendos, plebiscitos e leis de iniciativa popular, além de fortalecer a participação por meio das mídias e tecnologias.

Também enfatizou a necessidade de considerar as desigualdades estruturais, como o racismo e o patriarcado, na formulação de políticas públicas, defendendo o diálogo com instrumentos como o Estatuto da Igualdade Racial.

Cristiane Amaral (UNMP) destacou a importância histórica do projeto de lei de iniciativa popular que instituiu o **Fundo Nacional de Moradia**, resultado de uma mobilização com mais de um milhão de assinaturas na década de 1990. Ressaltou que essa conquista foi fruto da luta dos movimentos sociais e contribuiu para a criação de políticas habitacionais, como o Crédito Solidário e, posteriormente, o programa Minha Casa, Minha Vida.

Por fim, enfatizou que o Conselho das Cidades é resultado desse processo histórico de mobilização e resistência em defesa do direito à moradia e à reforma urbana.

Rodopiano Marques (ASSEMAE) e **Giselle Megumi (Rede BR Cidades)**, ressaltaram a importância do Conselho das Cidades, destacando seu caráter deliberativo, normativo e formulador, bem como a necessidade de fortalecer a paridade e a participação dos movimentos populares.

Também enfatizaram que o Conselho vai além de um espaço institucional, constituindo-se como espaço de articulação política, mobilização social e defesa de direitos, reforçando que o papel dos conselheiros envolve compromisso com uma agenda popular, especialmente em favor das populações mais vulneráveis.

Cristiano Schumacher (MNLM) ressaltou a importância de avaliar os processos participativos, destacando avanços e desafios, especialmente diante de resistências à participação social.

Enfatizou a necessidade de fortalecer a atuação do Conselho nas políticas públicas e ampliar a democracia participativa, com a consolidação de instâncias efetivas de participação nos estados e municípios.

Darci Barnech (ABES), Neila Gomes (MNLM), Dennis Lucas (MTD), Cristiane Amaral (UNMP) e Orlando Bonette (Gov.PR) destacaram que houve retrocesso na participação democrática, afirmando que a garantia de conselhos e conferências

depende da mobilização social. Defenderam o fortalecimento do controle social como princípio de gestão, a fim de evitar novos retrocessos.

Reforçaram a importância do Conselho, da participação e do controle social, ressaltando que a legislação, por si só, não assegura avanços sem o engajamento da sociedade civil e o compromisso dos governos. Pontuaram a necessidade de transformar políticas de governo em políticas de Estado, de modo a garantir sua continuidade.

Destacaram, ainda, que a 5ª gestão teve como foco a organização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e avaliaram que a 6ª gestão deve priorizar a revisão do regimento interno, do decreto, estudar uma forma de constituir uma lei que visa a ativação dos conselhos municipais, bem como o fortalecimento do Conselho Nacional das Cidades.

Luiz Carlos Reis (CMP) destacou o papel dos movimentos sociais na manutenção do Conselho em períodos críticos, reafirmou seu caráter deliberativo e cobrou maior transparência sobre o programa Minha Casa Minha Vida. Também sugeriu o fortalecimento e o monitoramento dos Conselhos das Cidades nos estados e municípios.

Bruno Osmil Bux (FRENAVRU) ressaltou a importância de considerar, nas discussões, a realidade de municípios metropolitanos com forte presença rural, como o seu, defendendo maior atenção a temas como acesso à água nessas regiões. Também apontou a ausência de integração do transporte coletivo em municípios da região metropolitana de Curitiba, enfatizando a necessidade de avançar em políticas públicas que contemplem essa demanda.

Clovis Francisco (FISENGE), Cristiane Amaral (UNMP), Cristiano Schumacher (MNLM) e Aparecido Donizete (CUT) destacaram que o Conselho constitui um espaço de disputa, no qual os avanços resultam da organização e da pressão social, ressaltando a importância da atuação unificada dos conselheiros para garantir conquistas.

Enfatizaram que a atual gestão, eleita democraticamente, deve exercer plenamente seu papel histórico, contribuindo para a consolidação do Conselho, construído ao longo da trajetória conjunta entre governo e sociedade civil. Contextualizaram o cenário político atual como desafiador, com retrocessos nas políticas urbanas, predomínio de gestões locais conservadoras e limitações impostas ao governo federal.

Ressaltaram, ainda, a necessidade de fortalecer os instrumentos de participação e controle social, ampliar o papel dos Comitês Técnicos (CTs), qualificar o debate sobre políticas públicas e garantir maior incidência do Conselho nas decisões governamentais. Defenderam a construção de agendas, definição de prioridades, acompanhamento das políticas e maior fiscalização, com vistas à consolidação do

Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e ao fortalecimento da participação social.

Marco Antonio Kim (FRENAVRU) ressaltou a necessidade de manter vínculo contínuo com os delegados das conferências, especialmente aqueles não eleitos conselheiros, valorizando seu interesse e participação na pauta da reforma urbana. Defendeu que o Conselho deve ampliar o diálogo, divulgar suas deliberações e manter esses participantes mobilizados, fortalecendo a atuação em defesa da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e do Sistema Nacional, especialmente diante do debate nacional sobre a relevância da reforma urbana.

8. Publicação do Texto Final da 6ª CNC e lançamento do livro “GESTÃO DEMOCRÁTICA E ESFERAS PÚBLICAS DE PARTICIPAÇÃO” realizado em conjunto com os pesquisadores do Observatório das Metrópoles

O lançamento do livro *Gestão Democrática e Esferas Públicas de Participação: Reflexões e desafios da 6ª Conferência Nacional das Cidades*, foi apresentado por uma fala introdutória da pesquisadora **Taísa Sanches (Observatório das Metrópoles)** que colaborou na elaboração do livro em conjunto com: **Letícia Miguel Teixeira (Coordenadora do ConCidades)**, **Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)** e **Thiago Trindade (Observatório das Metrópoles)**.

O livro analisa o ciclo da 6ª CNC sob diferentes dimensões, incluindo mobilização institucional, representatividade, arranjos territoriais, metodologia de trabalho e avaliação crítica do processo. Aborda, ainda, a participação de estados e municípios, a composição das delegações, os desafios metodológicos da etapa nacional e experiências territoriais. Destaca-se, por fim, a contribuição da 6ª CNC para o fortalecimento de esferas públicas democráticas, com foco no direito à cidade, no desenvolvimento urbano, na justiça social e na sustentabilidade.

2º dia – 16 de junho de 2026

Conforme programação aprovada, o período da manhã foi dedicado às reuniões dos Comitês Técnicos, coordenados pelas secretarias finalísticas do Ministério, com o apoio da Secretaria-Executiva do ConCidades, cujos relatos se encontram anexos a esta Ata. Na parte da tarde, foram realizadas as reuniões dos segmentos, com o objetivo de promover alinhamentos internos. As Atas encaminhadas também constam anexas a este documento.

Cerimônia **de Posse da 6ª Gestão do ConCidades**

Ao fim do 2º dia de atividades, o **Ministro das Cidades, Antônio Vladimir Moura Lima**, realizou pronunciamento destacando sua trajetória pautada no respeito, escuta e valorização das pessoas, independentemente de sua condição social. Ressaltou sua identificação com os participantes e sua compreensão de que são os cidadãos que vivenciam diretamente os desafios urbanos.

O Ministro destacou sua experiência no Ministério das Cidades, especialmente na área de habitação e urbanização de assentamentos precários, enfatizando o impacto das políticas públicas na melhoria das condições de vida da população. Salientou, ainda, a retomada e ampliação de programas estratégicos do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com expressivo número de moradias contratadas.

Enfatizou a importância do diálogo, da cooperação e da participação social na construção e aprimoramento das políticas públicas, destacando o papel do Conselho das Cidades como espaço de debate democrático. Registrou, também, o sucesso na realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, fruto de esforço conjunto entre governo e sociedade civil.

Por fim, manifestou apoio à 6ª Gestão do ConCidades, desejando um mandato pautado pelo diálogo entre os diversos segmentos representados, e colocou-se à disposição como parceiro para o avanço das políticas urbanas. Em seguida, conduziu, simbolicamente, o chamamento de representantes da nova composição do Colegiado, por segmento, para entrega dos Termos de Posse da 6ª Gestão, sendo:

- Bartiria Perpétua Lima da Costa (CONAM) – Movimentos populares
- Bruna Stephem da Motta (Gov.RJ) – Poder Público Estadual
- Mário Bráulio Pontos Lopes (FNP) – Poder Público Municipal
- Herivelto Jamerson da Silva Bastos (ANAMACO) – Entidades Empresariais
- Clovis Francisco do Nascimento Filho (FISENGE) – Entidades de Trabalhadores
- Carla Hirt (AGB) – Entidades Acadêmicas
- Raquel Ludermir Bernadino (Habitat para Humanidade) – ONGs
- Marcos Daniel Souza dos Santos (SEMOB) – Poder Público Federal

Em seguida, foi aberta a sessão de falas dos presentes:

Carlos Roberto Comassetto (FRENAVRU) manifestou agradecimento e destacou a importância simbólica e contínua do ato de posse, representando a participação do poder público municipal, legislativo e executivo. Ressaltou a relevância do conselho como espaço que reúne diversos segmentos da sociedade, devendo ser ouvido e atuar

conjuntamente com o governo federal na construção de políticas de desenvolvimento urbano. Enfatizou os desafios do processo participativo, a necessidade de qualificação do diálogo e do planejamento coletivo, e a importância de fortalecer o Ministério das Cidades para prevenir conflitos. Recordou avanços recentes, como a criação do Ministério, do conselho e das políticas públicas, defendendo a continuidade da democracia participativa e reafirmando o compromisso de evitar retrocessos.

Herivelto Jamerson (ANAMACO) agradeceu ao Ministro pela visão social apresentada, ressaltando o avanço do conselho, destacou o aumento da participação inclusive do segmento empresarial e a expectativa de crescimento com atuação conjunta entre sociedade civil e poder público.

Wellington Bernardo (CMP) destacou a importância histórica da participação social na construção das políticas urbanas no país, ressaltando o papel dos movimentos na luta por moradia, saneamento e direitos básicos. Enfatizou a necessidade de fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade, defendendo a ampliação da participação popular e a institucionalização dos conselhos como política pública em âmbito nacional e municipal. Por fim, reforçou a importância de avançar em pautas como habitação, mobilidade, planejamento urbano e despejo zero.

Vitor Soares Duque (CTB) parabenizou a retomada do Conselho das Cidades e destacou a importância estratégica do saneamento básico, enfatizando a água como recurso essencial à vida. Defendeu o fortalecimento das empresas públicas e a implementação de políticas que ampliem o acesso universal, incluindo a possibilidade de tarifa zero para populações vulneráveis. Por fim, manifestou expectativa de que as propostas do Conselho contribuam para o aprimoramento das políticas públicas no país.

O **Ministro das Cidades** encerrou a cerimônia informando que precisaria se retirar para uma reunião externa, colocando-se à disposição dos conselheiros e conselheiras para diálogo e reforçando que as portas permanecem abertas para fortalecer o avanço das ações e debates do Conselho das Cidades.

3º dia – 17 de junho de 2026

1. Relatos dos Comitês Técnicos

Comitê Técnico de Mobilidade

O relato do comitê técnico foi apresentado pela Sra. Maria Rosa Tesser (SEMOB), que iniciou destacando os quatro principais itens de pauta na reunião do comitê.

- Apresentação do novo **Marco Legal do Transporte Público**, com foco em financiamento, qualidade e modernização do setor.
- **Plano Nacional de Mobilidade Urbana – PlanMob Brasil**, estruturado em eixos: mobilidade ativa, transporte coletivo, gestão do território e governança, destaque para participação social, inclusão de diferentes realidades territoriais e articulação com outras políticas públicas.
- Apresentação do **Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU)** com mapeamento de projetos e desafios de implementação.
- Debate sobre temas relevantes, como tarifa zero, acessibilidade e integração dos sistemas.
- **Encaminhamentos:** realização de seminário, estímulo à participação no plano e retomada do GT “Faixa Azul”.

Manifestações

Pedro Damásio (FNU) sugeriu a ampliação da divulgação de materiais mencionados para todos os membros do Conselho, e não apenas aos integrantes do Comitê Técnico, manifestando interesse em contribuir com a disseminação das informações.

Marco Antonio (FRENAVRU) ressaltou a importância de ampliar a divulgação da consulta pública para todo o país, incluindo delegados da 6ª CNC e representados, utilizando estratégias de comunicação para garantir maior participação.

Neila Gomes (MNLN) destacou a importância do fortalecimento do transporte público, alertando para os impactos negativos do crescente “uberização”, que eleva os custos para a população de baixa renda. Também chamou atenção para os riscos associados ao uso de motocicletas, especialmente diante do aumento desse tipo de serviço, ressaltando a preocupação com a segurança.

Herivelto Jamerson Bastos (ANAMACO) solicitou esclarecimentos sobre o procedimento de indicação de representantes para o GT “Faixa Azul”, destacando a necessidade de formalização pelos segmentos. Também chamou atenção para os desafios de mobilidade e segurança viária nas regiões Norte e Nordeste, sugerindo a avaliação de alternativas de transporte adaptadas a essas realidades, como forma de reduzir acidentes e ampliar a mobilidade.

Cesar Santis (SNDUM) ressaltou a necessidade de fortalecer ações de educação e conscientização no trânsito, especialmente para motociclistas, em razão de condutas imprudentes que comprometem a segurança dos demais motoristas e pedestres. Também defendeu investimentos em infraestrutura para novos modais de mobilidade, como ciclovias e ciclofaixas, e a realização de campanhas permanentes de prevenção, com foco na redução de acidentes e preservação de vidas.

Carlos Roberto Comassetto (UVB) parabenizou o CT pela discussão sobre a Faixa Azul e sugeriu que o conselho inclua em sua pauta o debate sobre a tarifa zero no transporte

público, destacando que o tema tem ganhado espaço em diversas cidades brasileiras e demanda reflexão e posicionamento institucional.

José Fernando Santiago (MNLN) ressaltou que as políticas de mobilidade devem considerar as diferentes realidades regionais, especialmente da Amazônia, defendendo melhorias na infraestrutura das vias intermunicipais, com implantação e manutenção de acostamentos, para aumentar a segurança e facilitar a mobilidade da população.

Marta Sileda (ONGs) defendeu a reativação de grupos de trabalho do ConCidades, especialmente relacionados ao orçamento, e destacou a importância de retomar o debate sobre a tarifa zero no transporte público. Também ressaltou a necessidade de ampliar as discussões sobre mobilidade e transportes alternativos para fortalecer as políticas públicas voltadas à população.

Com aprovação do pleno, foi aberto o direito de fala ao **ouvinte Enrico Madia (IBRF)**, que manifestou preocupação com a pauta da regularização fundiária, destacando sua relação transversal com temas como habitação, periferias, desenvolvimento urbano, saneamento e mobilidade. Alertou para o julgamento, em andamento no Supremo Tribunal Federal, de ações que podem impactar a política de regularização fundiária e a segurança jurídica da propriedade. Sugeriu que entidades representativas avaliem formas de participação no processo, a fim de contribuir para a defesa dos interesses da população beneficiária dessas políticas.

Maria Rosa (SEMOB) agradeceu as contribuições apresentadas e informou que o material da consulta pública será amplamente divulgado para estimular a participação dos conselheiros e da sociedade. Destacou que temas como educação no trânsito, segurança viária, mobilidade ativa, ciclovias, micromobilidade e transporte por motocicletas continuarão sendo debatidos no Comitê Técnico, em articulação com programas e ações do Governo Federal.

Informou ainda que o Programa Bicicleta Brasil e o PlanMob Brasil contemplam investimentos e ações voltadas à mobilidade ativa. Sobre a tarifa zero, esclareceu que o tema está em estudo no âmbito do Governo Federal e será aprofundado pelo Comitê Técnico de Mobilidade, considerando aspectos de viabilidade técnica, financeira e operacional. Também ressaltou a importância da participação das diferentes regiões do país na consulta pública, para que suas especificidades sejam contempladas nas políticas de mobilidade urbana. Quanto à regularização fundiária, informou que a questão será encaminhada à equipe temática competente para manifestação específica.

Após questão de ordem apresentada pelo conselheiro Luiz Carlos Reis (CMP), solicitando a definição de tempo para os relatos dos Comitês Técnicos e para as inscrições de fala, o Coordenador-Geral Carlos Eduardo estabeleceu o limite de 15 minutos para a apresentação dos relatos dos CTs.

Comitê Técnico de Saneamento

O relato do comitê técnico foi apresentado pela Sra. Marta Litwinczik (SNSA), informando que o grupo concentrou suas discussões no fortalecimento da política de saneamento básico, com foco em financiamento, aprimoramento do marco regulatório, acompanhamento dos investimentos públicos e ampliação do acesso da população aos serviços de saneamento, destacando:

- **Revisão do Marco Legal do Saneamento Básico:** Proposta de realização de seminário nacional em 2027 para debate e revisão do marco legal.
- **Revisão do PLANSAB:** Solicitação de reunião conjunta com o Conselho das Cidades para apresentação da revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico.
- **Novo PAC:** Pedido de disponibilização dos critérios de seleção dos empreendimentos apoiados pelo programa.
- **Financiamento Internacional:** Apresentação das fontes e mecanismos de recursos internacionais para investimentos em saneamento.
- **Índices de Perdas nos Sistemas de Abastecimento de Água:** Solicitação de dados atualizados sobre índices de perdas nos sistemas de abastecimento, incluindo concessionárias privadas.
- **Financiamento do Setor de Saneamento – BNDES:** Realização de agenda institucional para esclarecimentos sobre linhas e mecanismos de financiamento ao setor.
- **Investimentos do PAC na Baixada Fluminense e Petrópolis/RJ:** Disponibilização de informações atualizadas sobre recursos destinados à Baixada Fluminense e Petrópolis/RJ.
- **Agenda Institucional com a Presidência da República:** Solicitação de audiência com a Presidência da República para tratar da política federal de saneamento e do fortalecimento do setor público.
- **Seminários sobre Financiamento para Empresas Públicas de Saneamento:** Promoção de seminários sobre ampliação e simplificação do acesso ao financiamento.
- **Aperfeiçoamento do Marco Normativo do Setor:** Continuidade das discussões sobre alterações na legislação do saneamento e definição de piso salarial para trabalhadores do setor.

Manifestações

Patrícia Lorena (CNM) destacou que é fundamental que o Comitê também priorize os demais eixos do saneamento — manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. A desestruturação dos municípios brasileiros na prestação desses serviços tem gerado impactos significativos nas cidades, especialmente diante das mudanças climáticas, além de evidenciar a precariedade das condições de trabalho dos catadores e das associações que atuam no setor. Nesse contexto, torna-se indispensável ampliar a

agenda governamental nesses eixos, fortalecendo os mecanismos de financiamento e assegurando a expansão da cobertura dos serviços.

Comitê Técnico de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

O relato do comitê técnico foi apresentado pelo Sr. Cesar Augustus (SNDUM) e pela Isabela Oliveira Pereira (SNDUM), informando que houve destaque para a adaptação climática das cidades, a transformação digital, a estruturação de sistemas de informação urbana, a governança metropolitana e o financiamento de projetos de desenvolvimento urbano integrado, incluindo:

- Discussão sobre a **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)** e o fortalecimento da governança urbana e metropolitana.
- Apresentação de ações de **adaptação climática**, transformação digital e cidades inteligentes.
- Desenvolvimento do **SINIDU**, sistema nacional de informações para apoiar o planejamento urbano.
- Apresentação de programas e financiamentos voltados à **requalificação urbana e desenvolvimento urbano integrado**.
- Debates sobre governança metropolitana, capacitação de gestores e revitalização de centros urbanos.
- Deliberação para aprofundar a discussão sobre o SINIDU e analisar propostas da Conferência Nacional das Cidades relacionadas à PNDU.

Informe – Seminário 25 Anos do Estatuto da Cidade

Após a apresentação do relato, o Coordenador-Geral do ConCidades, Carlos Eduardo, informou a realização do **Seminário 25 Anos do Estatuto da Cidade**, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Planejamento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades (SNDUM/MCID) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP) e do Conselho das Cidades (ConCidades), programado para os dias **18 e 19 de junho**, no **Edifício Celso Furtado (MIDR), em Brasília/DF**, destacando a iniciativa como espaço de debate e reflexão sobre os avanços e desafios da política urbana no país.

Comitê Técnico de Habitação

O relato do comitê técnico foi apresentado pelo Sr. Eurides Viana Brito (SNH), comunicando que o comitê concentrou suas discussões na execução da política habitacional federal, com ênfase no Programa Minha Casa, Minha Vida e no planejamento habitacional:

- **Política Habitacional:** ações da SNH e planejamento do setor.
- **Atuação do CT – Habitação (2023-2025):** foram apresentados os principais avanços do CT-Habitação desde 2023, incluindo apoio às enchentes no RS, destinação de terrenos federais e contribuições ao PlanHab 2024–2040.
- **Minha Casa, Minha Vida (MCMV):** ampliação das metas e investimentos nas modalidades Rural e Entidades.
- **Transparência e Contratações:** Solicitação de maior detalhamento dos dados dos empreendimentos e acompanhamento das contratações habitacionais.
- **Plano de Trabalho 2026:** definição de prioridades e acompanhamento das ações habitacionais.

Manifestações

Carlos Comassetto (UVB) ressaltou a necessidade de fortalecer a política habitacional voltada ao FDS e ao MCMV Rural, defendendo a ampliação de recursos para atender mais projetos habitacionais. Também destacou a elaboração de um planejamento participativo e estratégico. Por fim, afirmou que a elevada demanda por moradia evidencia a necessidade de melhor planejamento e que o Conselho pode contribuir para a identificação e superação dos gargalos da política habitacional.

Cristiane Amaral (UNMP) manifestou preocupação com os resultados da seleção do programa habitacional, destacando que diversos movimentos sociais, entidades e estados não foram contemplados, especialmente na modalidade rural. Sugeriu a revisão dos resultados e a adoção de medidas que ampliem o atendimento às propostas não selecionadas.

Comitê Técnico de Periferias

O relato do comitê técnico foi apresentado pela conselheira Laélia Brito Freitas (FNP) e pelo conselheiro Wellington Bernardo (CMP), os quais destacaram os principais pontos abordados na reunião:

- Apresentação das ações e programas da **Secretaria Nacional de Periferias (SNP)**.
- Destaque para a consolidação das políticas voltadas às periferias e sua integração com outras políticas públicas por meio do **Programa Periferia Viva**.
- **Debate sobre regularização fundiária**, incluindo investimentos do Novo PAC e a necessidade de maior articulação entre os órgãos públicos envolvidos.
- **Discussão sobre conflitos fundiários** e proposta de criação de Grupo de Trabalho específico no Conselho das Cidades.
- **Reconhecimento da Assistência Técnica** como importante instrumento para qualificação dos territórios e fortalecimento das políticas públicas.
- Encaminhamento **para reativação dos conselhos de regularização fundiária da SPU**

- Proposta de criação de **Grupo de Trabalho de Assistência Técnica** entre os Comitês de Periferias e Habitação.
- Defesa da **ampliação da representatividade do Conselho das Cidades** e do fortalecimento da participação social na construção das políticas urbanas.
- Foram elaboradas duas propostas de resolução recomendada no âmbito do Comitê Técnico, cuja apreciação e deliberação **ficaram encaminhadas para a próxima Reunião Ordinária** do Conselho das Cidades (ConCidades).

João Pereira (CONAM) e Walter Arruda (CONAM) complementaram a apresentação do relato, reforçando a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um Programa Nacional de Assessoria Técnica voltado aos territórios periféricos. Destacaram a importância da assessoria técnica para melhorias habitacionais, regularização fundiária, qualificação urbana, fortalecimento da participação popular e enfrentamento dos riscos socioambientais em áreas vulneráveis.

Manifestações

Paulo André (MNLM) e Alberto Freire da Silva (UNMP) destacaram a importância da política habitacional no contexto do desenvolvimento urbano e manifestaram preocupação com possíveis inconsistências nos processos de seleção de projetos do programa (MCMV). Defendeu maior transparência nos critérios adotados, valorização da atuação dos movimentos sociais e fortalecimento do diálogo com o governo. Ressaltou ainda que a política habitacional é fundamental para a prevenção e mitigação dos impactos das crises climáticas sobre populações vulneráveis, enfatizando a necessidade de ações preventivas e ampliação dos investimentos públicos em moradia.

Hayla de Oliveira Ximenes (SPU) esclareceu que não existe Conselho de Regularização Fundiária no órgão, mas sim instâncias de participação social, atualmente estruturadas nos Fóruns Estaduais do Programa Imóvel da Gente, que abrangem temas como provisão habitacional, regularização fundiária e outras políticas públicas. Sugeriu que a proposta de resolução priorize o fortalecimento desses fóruns.

Maria do Carmo (CONAM) destacou o papel das entidades na execução de políticas habitacionais, ressaltando sua proximidade com as comunidades e o conhecimento das necessidades das famílias de baixa renda.

Fernando Santiago (MNLM) manifestou preocupação e indignação com os resultados dos processos de seleção de projetos habitacionais, relatando que diversos movimentos sociais que participaram da construção das propostas e dos espaços de participação social não foram contemplados. Defendeu maior transparência nos critérios adotados e a apuração das situações apontadas, ressaltando a necessidade de respeito ao trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais junto às comunidades beneficiárias.

Neila Gomes (MNLM) alertou sobre os processos de privatização relacionados ao saneamento e à gestão urbana, defendendo o fortalecimento da função social da propriedade e o direito à cidade. Destacou a importância da participação popular na elaboração dos planos diretores, criticou a redução do tamanho das unidades

habitacionais e enfatizou a necessidade de ampliar o acesso à moradia digna e aos serviços públicos essenciais, especialmente para a população de baixa renda.

Juscelino França Lopo (CONAM) manifestou a preocupação com possíveis inconsistências nos processos de seleção de projetos habitacionais e de destinação de imóveis da União, relatando casos em que entidades e movimentos sociais que cumpriram os requisitos estabelecidos não foram contemplados. Defendeu maior transparência nos critérios de seleção, diálogo institucional para esclarecimento das situações apontadas e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades junto às comunidades e governos locais na viabilização de projetos habitacionais.

Darci Barnech (ABES) defendeu o aprimoramento da dinâmica dos debates e deliberações do Conselho, com maior organização das discussões nos comitês temáticos antes de sua apreciação pelo plenário. Ressaltou a importância da representação institucional nas manifestações e destacou a necessidade de fortalecer o funcionamento do controle social, tornando os processos mais eficientes e objetivos.

Encerrada a fase de relatos, a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades submeteu para votação a aprovação dos relatos apresentados pelos Comitês Técnicos, os quais foram **aprovados por unanimidade**.

Deliberação de Moções e Resoluções

- **“Moção de Orientações e Diretrizes ao Conselho Nacional das Cidades e ao Sistema de Conselhos das Cidades – Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais para à promoção da equidade de gênero, o enfrentamento à violência e ao feminicídio para a promoção de cidades mais justas e seguras para meninas e mulheres, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade para a proteção de territórios periféricos e de pontos críticos urbanos, por meio do fomento e implantação da Política do Cuidado”**, apresentada pelo segmento do poder público federal, e subscrita pelos segmentos dos movimentos populares, dos trabalhadores, de entidades profissionais e acadêmicas e do setor empresarial.
- **“Moção de repúdio ao descumprimento da lei nacional da tarifa social de água e esgoto e de apoio à realização de seminários regionais e nacional sobre justiça tarifária no saneamento”**, apresentada pelo Comitê Técnico de Saneamento, e subscrita pelos segmentos dos movimentos populares, do poder público federal, trabalhadores, de entidades profissionais e acadêmicas e do setor empresarial.

- **Moção pela apresentação e pelo recebimento de contribuições do ConCidades na elaboração do PlanHab e, após sua finalização, pela submissão e aprovação do PlanHab ao plenário do ConCidades**", apresentada pelo segmento de entidades profissionais e acadêmicas, e subscrita pelos segmentos dos movimentos populares, dos trabalhadores, do poder público federal e do setor empresarial.
- **Moção pela apresentação e submissão à votação da Revisão do Plano Nacional de Saneamento na reunião do ConCidades de agosto de 2026**" apresentada pelo segmento de entidades profissionais e acadêmicas, e subscrita pelos segmentos dos movimentos populares, dos trabalhadores, do poder público federal e do setor empresarial.

Após a leitura e análise das moções, estas foram submetidas à apreciação do plenário, sendo todas **aprovadas por unanimidade**.

Informes Gerais

Revisão do Regimento Interno

Coordenador-Geral Carlos Eduardo ressaltou a importância de observar as regras de votação, esclarecendo que, quando o conselheiro titular estiver presente, o respectivo suplente não deverá votar.

Em seguida, informou que a Secretaria Executiva está desenvolvendo uma proposta de capacitação voltada aos conselheiros nacionais e locais, abrangendo aspectos regimentais, atribuições e demais temas relacionados ao funcionamento dos conselhos.

Na sequência, apresentou ao Plenário a proposta de iniciar o processo de revisão do Regimento Interno do Conselho das Cidades, diante da necessidade de atualização de dispositivos que impactam a atuação da Secretaria Executiva, das secretarias finalísticas do MCID e do próprio Conselho.

Explicou que a Secretaria Executiva elaborará uma minuta preliminar até a próxima reunião, prevista para agosto, quando será proposta a instituição de um Grupo de Trabalho (GT) para conduzir a revisão. A previsão é que o GT apresente o resultado dos trabalhos na reunião ordinária programada para o mês de novembro, visando à aprovação do novo Regimento Interno ainda em 2026. A proposta foi submetida à deliberação do Plenário para autorizar o início dos trabalhos de revisão.

O Secretário Executivo do ConCidades Victor Almeida, complementou a fala do Coordenador-Geral, Carlos Eduardo, esclarecendo que a alteração do Regimento Interno é de competência exclusiva do Conselho, enquanto eventuais alterações no Decreto dependem de ato da Presidência da República e mudanças na Lei exigem apreciação pelo Congresso Nacional. Destacou ser positiva e estimulante a perspectiva de, futuramente, avançar em propostas mais amplas de atualização normativa, inclusive por meio de projeto de lei. Contudo, ressaltou que, neste momento, a proposta em deliberação restringe-se à revisão do Regimento Interno, competência atribuída ao Conselho, sem prejuízo de que discussões sobre alterações no Decreto e em outros instrumentos legais sejam desenvolvidas posteriormente.

Esclarecimentos sobre o rodízio da representação do Poder Público Estadual

O Coordenador Geral, Carlos Eduardo, prestou esclarecimentos acerca do sistema de rodízio da representação do Poder Público Estadual, destacando que os critérios e a ordem de ocupação das vagas estão definidos pela Resolução nº 12/2025, a qual estabelece as posições de titulares, suplentes, observadores e ouvintes. Esclareceu que a portaria de designação dos membros da 6ª gestão publicada apenas relaciona os estados ocupantes de cada assento em ordem alfabética, indicando quem substitui quem, sem definir a condição de titularidade ou suplência, atribuições já disciplinadas pela referida Resolução.

Informou, ainda, que o Conselho se encontra atualmente no primeiro ciclo de rodízio e que, na próxima reunião ordinária, terá início o segundo ciclo, com a alternância das funções entre titulares, suplentes, ouvintes e observadores, conforme previsto na norma. Ressaltou que o rodízio ocorre a cada duas reuniões, sejam ordinárias ou extraordinárias. Por fim, explicou que a portaria foi adotada como instrumento para operacionalizar o rodízio definido em Resolução, evitando a necessidade de publicação de novas portarias a cada alteração de ciclo.

Destacou, por fim, que os representantes estaduais devem observar a ordem estabelecida na Resolução nº 12/2025 e informou que a Secretaria Executiva continuará comunicando oportunamente as mudanças decorrentes do rodízio.

O Secretário Executivo do ConCidades Victor Almeida complementou os esclarecimentos, informando que, na gestão anterior, havia dificuldade para operacionalizar o rodízio previsto na Resolução nº 12/2025, pois não existia instrumento administrativo que permitisse sua execução prática.

Indicações – Composição da Coordenação Executiva do ConCidades

Carlos Eduardo, Victor Almeida e Letícia Miguel destacaram a necessidade de atualização da composição da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades, em razão do

ingresso de novos conselheiros na 6ª gestão. Informaram que será encaminhada comunicação formal aos segmentos solicitando a indicação de seus representantes, os quais serão posteriormente designados por meio de portaria. Ressaltaram que o representante na Coordenação Executiva deve possuir legitimidade para atuar como interlocutor de seu segmento, sendo o principal canal de comunicação entre a Secretaria Executiva e seus representados, tanto para o recebimento e disseminação de informações quanto para o encaminhamento de demandas.

Foi solicitado aos segmentos que já realizaram a indicação de seus representantes na reunião dos segmentos que encaminhem, preferencialmente, as atas das reuniões em que houve as indicações, para formalização das nomeações. Os segmentos que ainda não concluíram esse processo poderão encaminhar as indicações posteriormente, após deliberação interna por meio de ofício.

O Conselheiro **Rodopiano Marques (ASSEMAE)** informou que o segmento do Poder Público Municipal Executivo deliberou que as entidades integrantes dos Comitês Técnicos serão indicadas por meio de registro em ata, observando-se o perfil de cada entidade, a fim de garantir a composição e participação em todos os comitês. Informou ainda que será realizado diálogo com o Poder Público Municipal Legislativo para composição do novo mandato da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades. Ressaltou que essa posição respeita o direito a representação e alinhamento em conjunto do poder público municipal Executivo com o Legislativo.

Apresentação da Equipe – Secretária Executiva do ConCidades

Na sequência, foi apresentada aos conselheiros e conselheiras da 6ª gestão a equipe da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades (ConCidades), responsável pelo apoio técnico e administrativo aos trabalhos do Conselho, composta por:

Victor Monteiro Almeida, Secretário Executivo do ConCidades; **Carlos Eduardo Gomes Souza**, Coordenador-Geral do ConCidades; **Leticia Miguel Teixeira**, Coordenadora do ConCidades; **Camila Pereira Parente**, Coordenadora de apoio Técnico do ConCidades; **Heloísa Serra Soares**, integrante da Equipe Técnica; **Veronica Esmerino de Sousa**, integrante da Equipe Técnica; **Lindomar Alencar Leal**, integrante da Equipe Técnica; **Eduardo Melo Muniz**, integrante da Equipe Técnica; e **Laerte Costa Silva**, integrante da Equipe Técnica. A apresentação teve como objetivo dar conhecimento aos conselheiros e conselheiras sobre a composição da equipe responsável pelo suporte às atividades do Conselho.

Encaminhamentos da 6ª CNC

Foi apresentado o balanço da 6ª Conferência Nacional das Cidades (6ª CNC), com destaque para a participação de delegados e delegadas nas etapas municipais, estaduais e nacional.

- Foi apresentado o panorama de participação nas Conferências Municipais e Estaduais, registrando o total de **179.507 participantes**.
- Informou-se o credenciamento de **2.081 delegados**, representando os diversos segmentos da sociedade e do poder público na 6ª CNC.
- Foram registradas **35 moções válidas** e **11 inválidas**.
- Também foram expostos dados sobre as **emendas ao texto-base**, organizadas por eixos temáticos, e um panorama da situação dos **Conselhos Estaduais das Cidades**.

O Secretário Executivo do ConCidades, Victor Almeida, destacou que a realização da **6ª Conferência Nacional das Cidades**, após mais de dez anos, representou uma importante conquista para a participação social no país. Ressaltou que o êxito do processo foi resultado do esforço conjunto entre a equipe técnica e os conselheiros e conselheiras, que atuaram na mobilização dos conselhos e da sociedade civil nos estados e municípios. Ao final, registrou agradecimento e parabenizou a 5ª gestão do Conselho pelo compromisso e dedicação que possibilitaram a retomada e o fortalecimento do ConCidades.

Após foi apresentado no site oficial do Ministério das Cidades a página do Conselho Nacional das Cidades em que constam os documentos da 6ª Conferência Nacional das Cidades:

- **Caderno de Propostas da 6ª CNC**
- **Caderno do Participante**
- **Regimento Interno da 6ª CNC**
- **Moções 6ª CNC**
- **Texto Final 6ª CNC**

9. Encerramento

A reunião foi encerrada pelo Secretário Executivo do ConCidades, **Victor Almeida**, que agradeceu a participação, a colaboração e o compromisso de todos os conselheiros e todas as conselheiras ao longo dos trabalhos, destacando que os avanços alcançados são resultado do esforço coletivo entre a equipe da Secretaria Executiva e membros do Conselho. Registrou que as contribuições, sugestões e demandas apresentadas durante a reunião foram acolhidas e receberão o devido encaminhamento, incluindo temas relacionados ao fortalecimento da participação social, à comunicação institucional, ao acompanhamento dos conselhos estaduais e municipais e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação do Conselho.